

Ministério Público incrimina 68 policiais militares que, durante greve da corporação em setembro do ano passado, se negaram a trabalhar

Denúncia contra PMs

Clarissa Lima
Da equipe do **Correio**

Um grupo de 68 policiais militares do Distrito Federal que participaram da greve da corporação em setembro de 2000 responderá na justiça por crime de revolta. O Ministério Público ofereceu ontem denúncia contra os PMs — 62 soldados, quatro cabos e três sargentos — do 1º Batalhão de Polícia Militar (Asa Sul). A pena varia entre quatro e oito anos de prisão.

Dos quatro Inquéritos Policiais Militares (IPM) abertos na Polícia Militar em relação ao movimento grevista, este é o primeiro que acaba em denúncia criminal. Os policiais do 1º BPM estão sendo indiciados porque se negaram a ir às ruas fazer o policiamento. Naquele dia, 7 de setembro, eles foram ao quartel no horário de costume. Mas, na reunião ordinária antes de liberar a tropa para as tarefas do dia, eles desobedeceram a ordem de um oficial superior, negando-se ao trabalho.

A punição foi agravada porque os policiais estavam em grupo e armados, como atesta relatório da chefia dos armeiros do 1º BPM. A denúncia será apreciada pela Auditoria Militar, que julga os crimes cometidos por PMs. A caracterização do crime é reforçada pelos artigos 142 da Constituição Federal, que proíbe a realização de greve por policiais militares. “Não há possibilidade de anistia. É crime o que eles cometeram”, afirma o promotor militar Nísio Tostes, autor da denúncia.

Com a instauração de IPMs, o comando da PM e o GDF ficam impedidos de cumprir a promessa de anistia aos policiais grevistas. A anistia foi um dos pontos da pauta de negociação acertada pelo governador Joaquim Roriz para o final da mobilização. Como são inquéritos, a apuração é levada ao Ministério Público, que pode caracterizar ou não crime militar. Nestas circunstâncias, não há chance de liberar a punição. A anistia só pode ser aplicada em casos de sindicância — processos administrativos — ou em decisões do Conselho de Disciplina. É quando o governador, chefe da Polícia Militar no DF, pode reverter a punição.

Até agora, a única expulsão

Gilberto Alves



DURANTE PARALISAÇÃO NO ANO PASSADO, POLICIAIS DE PLANALTINA ESTENDERAM UNIFORMES NO MEIO DA RUA

O QUE A PM APURA NOS INQUÉRITOS

ASSEMBLÉIA EM TAGUATINGA

Na véspera do feriado de 7 de setembro, quatro mil policiais militares decidiram entrar em greve. Eles se reuniram em assembléia na Praça do Relógio em Taguatinga. O movimento grevista prejudicou as comunicações via rádio entre o Centro de Operações da PM e as viaturas. Mulheres de policiais militares penduraram uniformes molhados como forma de protesto.

PROTESTO NO BATALHÃO

No dia 7 de setembro, a tropa do 1º Batalhão de Polícia Militar (Asa Sul)

recusou-se a fazer o policiamento nas ruas. Os soldados desobedeceram às ordens de um oficial superior. Ministério Público denunciou 68 militares do 1º Batalhão pelo crime de revolta. Este é um dos quatro episódios que resultaram na abertura de Inquérito Policial Militar na corporação.

INVASÃO DA 26ª DP

Na noite de 8 de setembro, 80 policiais militares invadiram a 26ª Delegacia de Polícia, em Samambaia. Os militares queriam resgatar o cabo Herbert Santos Rodrigues, 36 anos, que havia sido detido por policiais civis em uma ronda noturna. Imagens feitas por um cinegrafista amador

mostraram cenas de anarquia: dezenas de PMs retiraram Herbert Rodrigues à força e saíram da delegacia dando tiros para o alto e comemorando a soltura do cabo preso.

OPERAÇÃO-PADRÃO

Como forma de pressionar o GDF, policiais militares deflagraram um movimento chamado nos quartéis de operação padrão, com atendimento apenas aos casos mais graves em que havia risco de vida. A operação teve adesão maior em Taguatinga, Samambaia, Ceilândia, Gama e Santa Maria. As atividades só voltaram ao normal no dia 28, depois de os PMs receberem do governador Joaquim Roriz a promessa do atendimento das reivindicações trabalhistas.

pela participação na greve dos policiais foi a do cabo Sydney Patrício, presidente da Associação de Policiais e Bombeiros do DF. A decisão foi do Conselho Disciplinar. Outros 200 policiais, segundo a PM, foram punidos por transgressões disciplinares. A pena pelo crime pode ser de advertência a prisão.

Ainda estão sendo finalizados três IPMs. Uma sobre a assembléia geral dos PMs, que

decidiu pela paralisação; outro sobre a operação padrão em Samambaia, quando policiais só trabalharam para atender casos de emergência durante a greve; e um último, sobre a invasão da 26ª Delegacia de Polícia (Samambaia). O MP e o comando da PM entendem que o episódio tem ligação com o movimento grevista, por ter acontecido no mesmo dia da paralisação. Naquele dia, um

grupo de policiais invadiu a DP para retirar um colega preso. Houve disparos de tiros e muita baderna.

O IPM sobre a assembléia — que reuniu quatro mil policiais na praça do Relógio, em Taguatinga, um dia antes da greve — pode incriminar outros líderes pelos crimes de incitação à indisciplina, previsto no Código Penal Militar, com pena entre dois e quatro anos.